

BIBLIOTECA UNIVERSITARIA

01/01/03

2057603-10

Copyright © 1998 by Westview Press, a Division of  
HarperCollins Publishers, Inc.  
Título original: *Cultures of Politics / Politics of Cultures*  
*Re-Visioning Latin American Social Movements*  
Copyright © 2000 da tradução brasileira by Sonia E.  
Alvarez, Evelina Dagnino, Arturo Escobar  
Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por  
qualquer meio sem autorização escrita do Editor

C968

Cultura e política nos movimentos sociais latino-  
americanos : novos leituras / Sonia E. Alvarez,  
Evelina Dagnino, Arturo Escobar.  
organizadores. - Belo Horizonte: Ed. UFMG,  
2000.  
538p. - (Humanitas)

1. Movimentos Sociais - América Latina  
2. Sociedade Civil - América Latina 3. Cultura  
Política - América Latina 4. Minorias - América  
Latina I. Alvarez, Sonia E. II. Dagnino, Evelina  
III. Escobar, Arturo IV. Título V. Série

CDU : 323  
CDU : 323.1

Catálogo na publicação: Divisão de Planejamento e  
Divulgação da Biblioteca Universitária - UFMG  
ISBN: 85-7041-218-5

EDITORAÇÃO DE TEXTO

Ana Maria de Moraes

REVISÃO DE TEXTOS E NORMALIZAÇÃO

Olga Maria Alves de Sousa

REVISÃO DE PROVAS

Alexandre Vasconcelos de Melo

Claudia Pereira

PROJETO GRÁFICO

Glória Campos - Mangá

CAPA

Marcelo Bellico, sobre detalhe de obra de

Keith Haring: sem título, 1983

PRODUÇÃO GRÁFICA

Marcelo Bellico

FORMATAÇÃO

Jonas Rodrigues Freitas

Ramon Moura

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Biblioteca Central - sala 405  
Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3499-4650 - Fax: (31) 3499-4768

E-mail: [Editora@ufmg.br](mailto:Editora@ufmg.br)

[www.editora.ufmg.br](http://www.editora.ufmg.br)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Francisco César de Sá Barreto

Vice-Reitor: Ana Lúcia Almeida Gazzola

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Heloisa Maria Murgel Starling, Luiz Otávio Fagundes Amaral, Maria Helena  
Damasceno e Silva Megale, Romeu Cardoso Guaranês, Silvana Maria Leal César,  
Wander Melo Miranda (Presidente)

Suplentes

Cristiano Machado Gonijo, Maria das Graças Santa Bárbara, Maurício Nunes Vieira,  
Neviana Dignotto de Souza, Reinaldo Martiniano Marques

S U M Á R I O

CAPÍTULO I	PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA	9
	PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS DA EDIÇÃO ORIGINAL EM INGLÊS	11
	INTRODUÇÃO O CULTURAL E O POLÍTICO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS LATINO-AMERICANOS	15
	Sonia E. Alvarez Evelina Dagnino Arturo Escobar	
CAPÍTULO II	CIDADANIA, DEMOCRACIA E ESTADO: RELAÇÕES ENTRE CULTURA E POLÍTICA	61
	CULTURA, CIDADANIA E DEMOCRACIA A TRANSFORMAÇÃO DOS DISCURSOS E PRÁTICAS NA ESQUERDA LATINO-AMERICANA	
	Evelina Dagnino	
CAPÍTULO III	DIREITOS SOCIAIS CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	103
	Maria Célia Paoli Vera da Silva Telles	
CAPÍTULO IV	NOVOS SUJEITOS DE DIREITOS? OS MOVIMENTOS DE MULHERES E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NAS "NOVAS DEMOCRACIAS"	149
	Verônica Schild	
CAPÍTULO V	A EXPLOSAO DA EXPERIÊNCIA EMERGENCIA DE UM NOVO PRINCÍPIO ÉTICO-POLÍTICO NOS MOVIMENTOS POPULARES URBANOS EM PORTO ALEGRE	185
	Sérgio Gregório Basterle	

P A R T E 2  
ETNICIDADE, RAÇA E GÊNERO:  
CULTURA E POLÍTICA NOS DISCURSOS  
E PRÁTICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

CAPÍTULO VI  
AMBIGUIDADE E CONTRADIÇÃO NO  
MOVIMENTO POPULAR

A EXPERIÊNCIA DA "COALIZÃO DE OPERÁRIOS,  
CAMPONESES E ESTUDANTES DO ISTMO"  
(COGCH) NO MÉXICO

*Jeffrey Rubin* 221

CAPÍTULO VII  
OS MOVIMENTOS INDÍGENAS COMO UM  
DESAFIO AO PARADIGMA DO MOVIMENTO  
SOCIAL UNIFICADO NA GUATEMALA

*Kay B. Warren* 257

CAPÍTULO VIII  
O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA  
COMUNIDADE NEGRA NA COSTA  
MERIDIONAL DO PACÍFICO DA COLÔMBIA

*Libia Grueso*  
*Carlos Rosero*  
*Arturo Escobar*

301

CAPÍTULO IX  
DEPOIS DA FESTA  
MOVIMENTOS NEGROS E "POLÍTICAS DE IDENTIDADE"  
NO BRASIL

*Olivia Maria Gomes da Cunha* 333

P A R T E 3  
GLOBALIZAÇÃO, TRANSNACIONALISMO  
E SOCIEDADE CIVIL

CAPÍTULO X  
A "GLOBALIZAÇÃO" DOS FEMINISMOS  
LATINO-AMERICANOS  
TENDÊNCIAS DOS ANOS 90 E DESAFIOS PARA  
O NOVO MILÊNIO

*Sonia E. Alvarez* 383

CAPÍTULO XI  
A GLOBALIZAÇÃO DA CULTURA E A  
NOVA SOCIEDADE CIVIL

*George Yúdice* 427

CAPÍTULO XII  
POLÍTICA CIBERCULTURAL  
ATIVISMO POLÍTICO À DISTÂNCIA NA COMUNIDADE  
TRANSNACIONAL IMAGINADA-VIRTUAL

*Gustavo Lins Ribeiro* 465

CAPÍTULO XIII  
REPRESENTANDO AS ESPACIALIDADES DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS  
QUESTÕES DE FRONTEIRAS, CULTURA E  
POLÍTICA EM TEMPOS GLOBAIS

*David Slater* 503

SOBRE OS AUTORES 535

encantadores, às vezes nem tanto, da preparação deste livro. Por fim, queremos agradecer-nos mutuamente pelas muitas conversas, trilingües, "bi-transdisciplinares" (tanto "virtuais" como "reais"), mas sempre inspiradoras e ricas, pelos vários festins de alta teoria com alta culinária (em especial, nossas sessões de ostras em Sambaqui e os churrascos no Santinho), e pela camaradagem e amizade que ficou cada vez mais forte à medida que o projeto progredia, trazendo novos sentidos ao coleguismo e à colaboração intelectual.

*Sonia E. Alvarez*  
*Evelina Dagnino*  
*Arturo Escobar*

C A P Í T U L O I

## INTRODUÇÃO

### O CULTURAL E O POLÍTICO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS LATINO-AMERICANOS

*Sonia E. Alvarez*  
*Evelina Dagnino*  
*Arturo Escobar*

À medida que entramos no novo milênio, que futuro aguarda as sociedades latino-americanas? Níveis sem precedentes de violência, pobreza, discriminação e exclusão parecem indicar que o "desempenho" e o próprio projeto das "novas" democracias da América Latina estão longe de satisfatórios. É precisamente sobre os possíveis projetos alternativos para a democracia que se trava boa parte da luta política na América Latina de hoje. Vamos sustentar que os movimentos sociais desempenham um papel crítico nessa luta. O que está fundamentalmente em disputa são os parâmetros da democracia, são as próprias fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação.

Os programas de ajuste econômico e social, inspirados pelo neoliberalismo, entraram nessa disputa como poderosos e ubíquos competidores. Em resposta à suposta lógica "inevitável" imposta pelos processos de globalização econômica, as políticas neoliberais introduziram um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade civil e apresentaram uma definição distintiva da esfera pública e seus participantes, baseada numa concepção minimalista do Estado e da democracia.

Enquanto a sociedade civil é obrigada a assumir as responsabilidades sociais evitadas agora pelo Estado neoliberal em processo de encolhimento, sua capacidade como esfera política

crucial para o exercício da cidadania democrática está cada vez mais desenfaturada. Nessa concepção, os cidadãos devem fazer-se por seus próprios esforços particulares e a cidadania é cada vez mais equíparada à integração individual no mercado.

Uma concepção alternativa de cidadania — apresentada por vários dos movimentos discutidos neste volume — vê as lutas democráticas como contendo uma redefinição não só do sistema político, como também das práticas econômicas, sociais e culturais que possam engendrar uma ordem democrática para a sociedade como um todo. Essa concepção chama nossa atenção para uma ampla gama de esferas públicas possíveis onde a cidadania pode ser exercida e os interesses da sociedade não somente representados, mas também fundamentalmente remodelados. O campo de ação das lutas democratizantes se estende para abranger não só o sistema político, mas também o futuro do "desenvolvimento" e a erradicação de desigualdades sociais tais como as de raça e gênero, profundamente moldadas por práticas culturais e sociais. Essa concepção ampliada reconhece ainda que o processo de construção da democracia não é homogêneo, mas internamente descontínuo e desigual: esferas e dimensões diferentes têm ritmos distintos de transformação, levando alguns analistas a afirmar que esse processo é inentemente "disjuntivo" (Holston, Caldeira, 1999; ver também Jelin, Hershberg, 1996).

Em alguns casos, os movimentos sociais não somente conseguiram traduzir suas agendas em políticas públicas e expandir as fronteiras da política institucional, como também lutaram de maneira significativa para redefinir o próprio sentido de noções convencionais de cidadania, representação política e participação e, em consequência, da própria democracia. Ambos os processos de tradução das agendas dos movimentos em políticas e de redefinição do significado de "desenvolvimento" ou "cidadão", por exemplo, acarretam o estabelecimento de uma "política cultural" — conceito desenvolvido no campo dos estudos culturais que, vamos sustentar, pode lançar uma luz nova sobre os objetivos culturais e políticos dos movimentos sociais na luta contemporânea pelo destino da democracia na América Latina.

## UM NOVO CONCEITO DO CULTURAL NAS PESQUISAS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS LATINO-AMERICANOS

### DA CULTURA À POLÍTICA CULTURAL

Este livro pretende antes de mais nada ser uma investigação sobre a relação entre cultura e política. Afirmamos que essa relação pode ser explorada produtivamente sondando a natureza das políticas culturais postas em prática — com mais ou menos clareza e em maior ou menor extensão — por todos os movimentos sociais e examinando o potencial dessa política cultural para promover a mudança social. A noção inglesa de *cultural politics* é difícil de traduzir em português. Na América Latina, a expressão "política cultural" designa normalmente as ações do Estado ou de outras instituições com relação à cultura, considerada um terreno específico e separado da política, muito freqüentemente reduzido à produção e consumo de bens culturais: arte, cinema, teatro etc. Aqui, utilizamos "política cultural" para chamar a atenção para o laço constitutivo entre cultura e política, e a redefinição de política que essa visão implica. Esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter "cultural" ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados. Com a expressão "política cultural" nos referimos então ao processo pelo qual o cultural se torna fato político.

As ciências sociais convencionais não têm explorado sistematicamente as conexões entre cultura e política. Aludimos a esse fato em trabalhos anteriores (Escobar, Alvarez, 1992; Dagnino, 1994). É importante discutir a mudança das concepções de cultura e política na antropologia, na literatura e em outras disciplinas como pano de fundo para entender como o conceito de política cultural surgiu de um intenso diálogo interdisciplinar e de uma diluição de fronteiras que ocorreu na última década, promovido por várias correntes pós-estruturalistas. Em nossa

antologia anterior, salientamos que o conceito convencional da cultura em várias disciplinas como estática — embutida num conjunto de textos, crenças e artefatos canônicos — contribuiu muito para tornar invisível as práticas culturais cotidianas como um terreno para — e fonte de — práticas políticas. Teóricos da cultura popular como De Certeau (1984), Fiske (1989) e Willis (1990) transcenderam essa compreensão estática para ressaltar como a cultura compreende um processo coletivo e incessante de produção de significados que molda a experiência social e configura as relações sociais. Assim, os estudos de cultura popular afastaram a pesquisa das humanidades da ênfase na "alta cultura", originária da literatura e das artes, e a aproximaram de uma compreensão mais antropológica da cultura. Essa aproximação já fora propiciada pela caracterização feita por Raymond Williams da cultura como "o sistema significativo pelo qual necessariamente (embora entre outros meios) uma ordem social é comunicada, reproduzida, experimentada e explorada" (1981: 13). Como observam Glenn Jordan e Chris Weedon, "Nesse sentido, cultura não é uma esfera, mas uma dimensão de todas as instituições — econômicas, sociais e políticas. Cultura é um conjunto de práticas *materiais* que constituem significados, valores e subjetividades" (1995: 8).

Em obra recente, a definição de Williams é aprofundada para concluir que

nos estudos culturais... a cultura é entendida ao mesmo tempo como um modo de vida — abrangendo idéias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estruturas de poder — e como uma ampla gama de práticas culturais: formas artísticas, textos, cânones, arquitetura, mercadorias de produção em massa e assim por diante. (Nelson, Treichler, Grossberg, 1992: 5)

Essa caracterização da cultura aponta para práticas e representações concretas como sendo centrais para a cultura. Contudo, na prática, sua ênfase principal continua nas formas artísticas e textuais. Isso explica, acreditamos, várias críticas feitas aos estudos culturais, tais como a dependência excessiva, aparentemente problemática, em etnografias "rápidas" (*quick and dirty*), a proeminência das análises textuais e a importância atribuída às indústrias culturais e aos paradigmas de recepção e consumo de produtos culturais. Seja qual for a validade dessas

críticas — como vamos explicar adiante — é justo dizer que os estudos culturais não deram importância suficiente aos movimentos sociais como aspecto vital da produção cultural.<sup>1</sup>

A noção de cultura é também debatida ativamente na antropologia. A antropologia clássica aderiu a uma epistemologia realista e a uma compreensão relativamente fixa da cultura como encarnada em instituições, práticas, rituais, símbolos etc. A cultura era vista como pertencendo a um grupo e limitada no tempo e no espaço. Esse paradigma de cultura orgânica sofreu golpes significativos com o desenvolvimento da antropologia estrutural, interpretativa e aquela orientada pela economia política. Apoiando-se na hermenêutica e na semiótica, a antropologia interpretativa avançou para uma compreensão não-positivista, parcial da cultura, em parte impulsionada pela metáfora das "culturas como texto". Na metade da década de 1980, um outro deslocamento da noção de cultura buscou levar em conta o fato de que "ninguém pode mais escrever sobre os outros como se fossem objetos ou textos separados" e passou a desenvolver "concepções novas da cultura como interativa e histórica" (Clifford, Marcus, 1986: 25). Desde então, a consciência crescente da globalização da produção cultural e econômica levou os antropólogos a questionar noções espaciais de cultura, dicotomias entre um "nós" homogêneo e "outros" separados, e qualquer ilusão de fronteiras claras entre grupos, o eu e o outro (ver Fox, 1991; Gupta, Ferguson, 1992).<sup>2</sup>

Um dos aspectos mais úteis da compreensão pós-estruturalista da cultura na antropologia é sua insistência na análise da produção e da significação, de significados e práticas, como aspectos simultâneos e inextricavelmente ligados da realidade social. Nessa linha, Kay Warren (neste volume) sustenta que as condições materiais são vistas com frequência como "mais autônomas, reais e básicas do que qualquer outra coisa. Mas e a exploração?" é a resposta comum dos críticos, por meio da qual eles buscam transmitir uma urgência materialista que supera as questões culturais, por mais valiosas que sejam.<sup>3</sup> Warren prossegue sugerindo que as demandas materiais dos movimentos sociais "são, na prática, construções seletivas politicamente apresentadas, transmitidas em campos de relações sociais que também definem sua significação" e defende uma conceitualização alternativa que "confrontaria as questões culturais

(e interesses políticos) inscritas na construção de políticas materialistas, assim como as preocupações materialistas (e interesses políticos) inscritas nos enquadramentos culturais da política". Enquanto os antropólogos têm geralmente tentado entrelaçar as análises "do simbólico e do material", os avanços na teoria do discurso e da representação têm proporcionado ferramentas para exposições mais matizadas da constituição mútua — e inseparável — de significados e práticas (ver Comaroff, Comaroff, 1991 para um exemplo excelente dessa abordagem).

Esse desenvolvimento traz lições úteis para os estudos culturais; na verdade, combina bem com o que é percebido como sendo um tema central do campo, a saber, o que as metáforas da cultura e textualidade ao mesmo tempo ajudam a explicar e não conseguem resolver. A questão está expressa com eloquência na exposição retrospectiva que Stuart Hall faz do impacto da "virada lingüística" nos estudos culturais. Para Hall, a descoberta da discursividade e da textualidade levou à percepção da "importância crucial da linguagem (...) para qualquer estudo da cultura" (1992: 283). Foi assim que os praticantes dos estudos culturais se viram sempre "conduzidos de volta à cultura". Contudo, apesar da importância da metáfora do discursivo, para Hall

há sempre algo descentrado em relação à cultura, à linguagem, à textualidade e à significação, que escapa e se evade às tentativas de ligá-lo, direta e imediatamente, com outras estruturas (...). [Devemos supor que] a cultura funcionará sempre através de suas textualidades — e, ao mesmo tempo, que a textualidade nunca é suficiente (...). A não ser que e até que se respeite o deslocamento necessário da cultura e, contudo, se fique sempre irritado pelo seu fracasso em reconciliar-se com outras questões importantes, com outras questões que não podem nunca ser plenamente recuperadas pela textualidade crítica em suas elaborações, os estudos culturais como projeto, como intervenção, permanecem incompletos. ? (1992: 284)

Em nossa opinião, o dito de Hall de que cultura e textualidade "nunca são suficientes" refere-se à dificuldade de abordar, por meio da cultura e da textualidade, "outras questões importantes", tais como as estruturas, formações e resistências que estão inevitavelmente permeadas pela cultura, o "algo de ruim

lá embaixo" ao qual Hall quer que os estudos culturais retomem, saindo do "ar limpo da significação e textualidade" (1992: 278). Hall reintroduz assim a política no âmbito dos estudos culturais, não somente porque sua formulação proporciona um meio de manter as questões teóricas e políticas em tensão, mas porque exorta os teóricos — em particular, os propensos demais a permanecer no nível do texto e da política da representação — a se engajarem no "algo asqueroso lá embaixo" como uma questão tanto teórica como política.

Em outras palavras, a tensão entre o textual e o que lhe é subjacente, entre representação e seu fundamento, entre significados e práticas, entre narrativas e atores sociais, entre discurso e poder, jamais pode ser resolvida no terreno da teoria. Mas o "nunca é suficiente" tem não dupla. Se há sempre "algo mais" além da cultura, algo que não é bem captado pelo textual/discursivo, há também algo mais além do assim chamado material, algo que é sempre cultural e textual. Veremos a importância dessa inversão nos casos dos movimentos sociais dos pobres e marginalizados, para quem o primeiro objetivo da luta é amidié demonstrar que são pessoas com direitos, de forma a recuperar sua dignidade e estatuto de cidadãos e até de seres humanos. Em outras palavras, essa tensão é resolvida apenas provisoriamente na prática. Sustentamos que os movimentos sociais são uma arena crucial para a compreensão de como esse entrelaçamento, talvez precário, mas vital, do cultural e do político ocorre na prática. Ademais, acreditamos que a conceitualização e a investigação das políticas culturais dos movimentos sociais é uma digressão teórica promissora que leva em conta a exortação de Hall.

#### DA POLÍTICA CULTURAL À CULTURA POLÍTICA

Apesar de seu compromisso com uma compreensão mais ampla de cultura, boa parte dos estudos culturais, em particular nos Estados Unidos, continua a ser fortemente orientada para o textual. Isso tem a ver com fatores disciplinares, históricos e institucionais (Yúdice, neste volume). Esse viés penetra também o uso do conceito de política cultural. Em sua utilização atual — apesar do interesse dos estudiosos da cultura em examinar as relações entre práticas culturais e poder e seu compromisso com a transformação social —, a expressão "política cultural" refere-se amidié a lutas incorpóreas em torno de significados

e representações, onde o que está politicamente em jogo para atores sociais concretos é, às vezes, difícil de discernir.

Concordamos com a definição de política cultural proposta por Jordan e Weedon em seu livro recente sobre o tema:

A legitimação das relações sociais de desigualdade e a luta para transformá-las são preocupações centrais da POLÍTICA CULTURAL. As políticas culturais determinam fundamentalmente os significados das práticas sociais e, além disso, quais grupos e indivíduos têm o poder para definir esses significados. Elas preocupam-se também com subjetividade e identidade, uma vez que a cultura desempenha um papel central na constituição do sentido de nós mesmos (...). As formas de subjetividade em que habitamos desempenham um papel crucial na determinação de se aceitamos ou contestamos as relações de poder existentes. Ademais, para grupos marginalizados e oprimidos, a construção de identidades novas e resistentes é uma dimensão essencial de uma luta política mais ampla para transformar a sociedade. (1995: 5-6)

Porém, ao concentrar sua análise na "concepção dominante de cultura", que a reduz a "música, literatura, pintura e escultura, teatro e cinema", agora ampliada para incluir a indústria cultural, a "cultura popular" e os "meios de comunicação de massa", Jordan e Weedon parecem compartilhar a suposição de que a política da representação — tal como recolhida de formas e análises textuais — tem um vínculo direto e claro com o exercício do poder e, de modo correspondente, com a resistência a ele. No entanto, nem sempre esses vínculos são explicitados de modo a iluminar as posições reais ou potenciais e as estratégias políticas de determinados atores sociais. Sustentamos que esses vínculos são evidentes nas práticas, nas *ações concretas* dos movimentos sociais latino-americanos e, portanto, queremos entender o conceito de política cultural para analisar suas intervenções políticas.

É importante enfatizar o fato de que na América Latina de hoje, todos os movimentos sociais põem em prática uma política cultural. Seria tentador restringir o conceito de política cultural àqueles movimentos que são mais claramente culturais. Nos anos 80, essa restrição resultou numa divisão entre movimentos sociais "novos" e "velhos". Os novos eram aqueles para os quais a identidade era importante, aqueles engajados em "novas formas de fazer política" e os que contribuíam para formas

novas de sociabilidade. As opções favoritas eram os movimentos indígenas, étnicos, ecológicos, femininos, homossexuais e de direitos humanos. Ao contrário, os movimentos urbanos, camponeses, operários e de bairro, entre outros, eram vistos como lutas mais convencionais por necessidades e recursos. Os capítulos seguintes mostram claramente que os movimentos populares urbanos de favelados, de mulheres e outros, também põem em movimento forças culturais. Em suas lutas contínuas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares mobilizam-se coletivamente com base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos. Dessa forma, as identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos sociais estão inevitavelmente vinculadas à cultura.

Nossos colaboradores exploram as maneiras como políticas culturais diversas entram em ação quando atores coletivos se mobilizam. Elas são talvez mais evidentes em movimentos que fazem reivindicações com base na cultura — como no caso do movimento negro colombiano discutido por Ildia Grueso, Carlos Rosero e Arturo Escobar, ou no movimento Pan-Maia analisado por Kay Warren — ou naqueles que utilizam a cultura como meio de mobilizar ou engajar participantes, como ilustram o caso dos movimentos afro-brasileiros discutidos por Olívia Cunha e a COCEI (Coalizão de Operários, Camponeses e Estudantes do Istmo) do México, examinada por Jeffrey Rubin.

Porém, queremos sublinhar que as políticas culturais são também postas em ação quando os movimentos intervêm em debates políticos, tentam dar novo significado às interpretações culturais dominantes da política, ou desafiam práticas políticas estabelecidas. George Yúdice, David Slater e Gustavo Lins Ribeiro, por exemplo, chamam nossa atenção para a "habilidosa guerra de guerrilhas na mídia" desencadeada pelos zapatistas no combate ao neoliberalismo e na promoção da democratização no México. Sonia Alvarez enfatiza que as batalhas políticas travadas pelas feministas latino-americanas que em anos recentes penetraram no Estado ou no *establishment* do desenvolvimento internacional devem ser entendidas também como lutas para dar novo significado a noções predominantes de cidadania, desenvolvimento e democracia. Jean Franco (1998) defende posição semelhante ao sublinhar que o feminismo

deveria ser descrito como "uma posição (não exclusiva das mulheres) que desestabiliza tanto o fundamentalismo como as novas estruturas opressivas que estão surgindo com o capitalismo tardio", e que a confrontação do feminismo com essas estruturas "envolve mais urgentemente do que nunca a luta pelo poder interpretativo". A análise de Sérgio Balerle dos movimentos populares urbanos em Porto Alegre, Brasil, conceitua-os como "espaços estratégicos onde se debatem concepções diferentes de cidadania e democracia", e Maria Célia Paoli e Vera Telles enfatizam da mesma forma os diferentes modos em que movimentos populares e sindicatos se engajam simultaneamente em lutas por direitos e significações.

Como afirma Evelina Dagnino, o conceito de política cultural é importante para avaliar o alcance das lutas dos movimentos sociais pela democratização da sociedade e para destacar as implicações menos visíveis e amiúde negligenciadas dessas lutas. Ela sustenta que as contestações culturais não são meros "sub-produtos" da luta política, mas ao contrário, são constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o sentido e os limites do próprio sistema político. Jean Franco (1998) observa que

as discussões sobre o uso de palavras parecem muitas vezes catatão de pioho; a linguagem parece ser irrelevante para as lutas "reais". Contudo, o poder de interpretar e a invenção e apropriação ativa da linguagem são instrumentos cruciais para os movimentos emergentes que buscam visibilidade e reconhecimento para as concepções e ações que se filtram de seus discursos dominantes.

Com efeito, como David Slater sugere em seu artigo, "as lutas sociais podem ser vistas como 'guerras de interpretação'".

Nossa definição de política cultural é ativa e relacional. Interpretamos política cultural como o processo posto em ação quando conjuntos de atores sociais moldados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito uns com os outros. Essa definição supõe que significados e práticas — em particular aqueles teorizados como marginais, oposicionais, minoritários, residuais, emergentes, alternativos, dissidentes e assim por diante, todos concebidos em relação a uma determinada ordem cultural dominante —

podem ser a fonte de processos que devem ser aceitos como políticos. Que isso seja raramente visto como tal é mais um reflexo das definições entranhadas do político, abrigadas nas culturas políticas dominantes, do que uma indicação da força social, eficácia política ou relevância epistemológica da política cultural. A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural.

Falamos de formações de política cultural neste sentido: elas são o resultado de articulações discursivas que se originam em práticas culturais existentes — nunca puras, sempre híbridas, mas apesar disso, mostrando contrastes significativos em relação às culturas dominantes — e no contexto de determinadas condições históricas. Evidentemente, as políticas culturais existem em movimentos sociais da direita e até mesmo dentro de formações estatais; os neo-conservadores, por exemplo, pretendem "re-sacralizar a cultura política" por meio da "defesa ou recriação de um mundo da vida tradicionalista e autoritário" (Cohen, Arato, 1992: 24). Da mesma forma, Jean Franco (1998) mostra como, durante os preparativos para a Quarta Conferência Mundial das Mulheres, os movimentos conservadores e fundamentalistas uniram-se ao Vaticano para solapar o feminismo "pondo em cena um espetáculo aparentemente secundário, a saber, um ataque ao uso da palavra 'gênero'". O artigo de Verónica Schild neste volume chama a atenção para os esforços do neoliberalismo no Chile para reestruturar a cultura tanto como a economia.

Mas o ângulo mais importante para analisar as políticas culturais dos movimentos sociais talvez seja em relação com seus efeitos sobre a(s) cultura(s) política(s). Cada sociedade é marcada por uma cultura política dominante. Para os propósitos deste livro, definimos cultura política como a construção social particular em cada sociedade do que conta como "político" (ver também Slater, 1994a; Lechner, 1987a). Desse modo, a cultura política é o domínio de práticas e instituições, retiradas da totalidade da realidade social, que historicamente vêm a ser consideradas como propriamente políticas (da mesma

maneira que outros domínios são vistos como propriamente "econômicos", "culturais", e "sociais". A cultura política dominante do Ocidente foi caracterizada como "racionalista, universalista e individualista" (Mouffe, 1993: 2).<sup>4</sup> Como veremos, as formas dominantes de cultura política na América Latina diferem um pouco — em alguns casos, talvez de modo significativo — dessa definição.

As políticas culturais dos movimentos sociais tentam amiúde desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes. Na medida em que os objetivos dos movimentos sociais contemporâneos às vezes vão além de ganhos materiais e institucionais percebidos; na medida em que esses movimentos sociais afetam as fronteiras da representação política e cultural, bem como a prática social, pondo em questão até o que pode ou não pode ser considerado político; finalmente, na medida em que as políticas culturais dos movimentos sociais realizam contendações culturais ou pressupõem diferenças culturais — então devemos aceitar que o que está em questão para os movimentos sociais, de um modo profundo, é uma transformação da cultura política dominante na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas. Se os movimentos sociais pretendem modificar o poder social e se a cultura política também abrange campos institucionalizados para a negociação do poder, então os movimentos sociais necessariamente enfrentam a questão da cultura política. Em muitos casos, os movimentos sociais não exigem inclusão, mas antes buscam reconfigurar a cultura política dominante. A análise de Baierle dos movimentos populares — que encontra eco nos capítulos de Dagnino e Paoli e Telles — sugere que esses movimentos podem, às vezes, desempenhar um papel fundacional, "destinado a transformar a própria ordem política na qual atuam" e destaca que os "novos cidadãos" que emergem dos fóruns de participação e conselhos populares de Porto Alegre e outras cidades brasileiras questionam radicalmente o modo como o poder deve ser exercido, em vez de tentar meramente "conquistá-lo".

As políticas culturais dos movimentos sociais podem ser vistas também como fomentadoras de modernidades alternativas. Como diz Fernando Calderón, alguns movimentos colocam a questão de como ser ao mesmo tempo moderno e diferente — "como entrar en la modernidad sin dejar de ser indios" (1988:

225). Eles podem mobilizar construções de indivíduos, direitos, economias e condições sociais, que não podem ser definidas estritamente dentro dos paradigmas da modernidade ocidental (ver Slater, 1994a e Warren, neste volume; Dagnino, 1994a, 1994b).<sup>5</sup>

As culturas políticas da América Latina são muito influenciadas por aquelas que prevaleceram na Europa e na América do Norte e, contudo, se diferenciavam delas. Essa influência está claramente expressa nas referências recorrentes a princípios tais como racionalismo, universalismo e individualismo. Porém, na América Latina, esses princípios combinaram-se historicamente de maneira contraditória com outros princípios destinados a garantir a exclusão social e política e até a controlar a definição do que conta como político em sociedades extremamente hierarquizadas e injustas. Essa hibridização contraditória alimentou a análise sobre a adoção peculiar do liberalismo como "idéias fora do lugar" (Schwarz, 1988) e, com respeito a tempos mais modernos, a análise das democracias de "fachada" (Whitehead, 1993).

Esse liberalismo "fora de lugar" serviu às elites latino-americanas do século XIX ao mesmo tempo como resposta às pressões internacionais e como meio de manter um poder político excludente, na medida em que se baseava e coexistia com uma concepção oligárquica de política, transferida das práticas sociais e políticas do latifúndio (Sales, 1994), onde os poderes pessoal, social e político se superpunham, constituindo uma única e mesma realidade. Essa falta de diferenciação entre o público e o privado — onde não só o público é apropriado pelo privado, como as relações políticas são percebidas como extensões das relações privadas — torna as relações de favor, o personalismo, o clientelismo e o paternalismo, práticas políticas comuns. Além disso, ajudadas por mitos como o da "democracia racial", essas práticas obscureceram a desigualdade e a exclusão. Em consequência, grupos subalternos, excluídos, passaram a ver a política como "negócio privado" das elites (como diz Baierle, como "o espaço privado dos doutores"), resultando numa imensa distância entre sociedade civil e política — até mesmo em momentos em que os mecanismos dominantes de exclusão deveriam ser aparentemente redefinidos, como, por exemplo, no advento da República (Carvalho, 1991). Quando, nas primeiras décadas do século XX, a urbanização e a industrialização tornaram inevitável a incorporação das

massas, não surpreende que essa mesma tradição tenha inspirado o novo arranjo político-cultural predominante: o populismo. Tendo de compartilhar seu espaço político com participantes anteriormente excluídos, as elites latino-americanas criaram mecanismos para uma forma subordinada de inclusão política na qual relações personalizadas com os líderes políticos garantiam o controle e a tutela sobre uma participação popular heterônoma. Mais do que a alegada "irracionalidade das massas", o que estava por trás do surgimento da liderança populista — identificada pelos excluídos como seu "pai" e salvador — era ainda a lógica dominante do personalismo.

Associada a esses novos mecanismos de representação política e às reformas econômicas necessárias à modernização — em relação às quais o liberalismo econômico tinha revelado seus limites (Fleisfich, Lechner, Moulian, 1986) — uma redefinição do papel do Estado tornou-se um elemento crucial nas culturas políticas latino-americanas. Concebido como o promotor de mudanças a partir de cima e assim, como o agente primário da transformação social, o ideal de um Estado forte e intervencionista, cujas funções eram vistas como incluindo a "organização" — e, em algumas concepções, a própria "criação" — da sociedade, passou a ser compartilhado por culturas políticas populistas, nacionalistas e desenvolvimentistas, em suas versões tanto conservadoras como de esquerda. A dimensão assumida por essa centralidade do Estado na maioria dos projetos políticos inspirou os analistas a falar de um "culto do Estado", ou *estadolatría* (Coutinho, 1980; Welfort, 1984). A definição do que conta como "político" tinha agora uma referência nova e concreta, agravando as dificuldades para o surgimento de novos sujeitos politicamente autônomos e, dessa forma, aumentando a exclusão que o populismo pretendia resolver por meio da concessão de direitos políticos e sociais.

Sob pressões internacionais para "manter vivos a democracia e o capitalismo na América Latina", surgiram nas décadas de 1960 e 70 regimes militares em quase toda a região, numa reação às tentativas de radicalizar as alianças populistas ou de explorar alternativas socialistas democráticas. O autoritarismo exacerbado transformou a exclusão política em eliminação política, por meio da repressão estatal e da violência sistemática.

Procedimentos burocráticos e tecnocráticos de tomada de decisões ofereceram um fundamento adicional para restringir ainda mais a definição de política e seus participantes.

Organizadas basicamente em torno da administração da exclusão, as culturas políticas dominantes da América Latina — com talvez umas poucas exceções de vida curta — não podem ser consideradas exemplos de ordenação hegemônica da sociedade. Na verdade, todas estiveram comprometidas, em diferentes formas e graus, com o autoritarismo social profundamente enraizado que permeia a organização excludente das sociedades e culturas latino-americanas.

É significativo que os movimentos sociais que surgiram da sociedade civil na América Latina ao longo das duas últimas décadas — tanto em países sob regime autoritário como em nações formalmente democráticas — tenham desenvolvido versões plurais de uma cultura política que vão muito além do (re)estabelecimento da democracia formal liberal. Assim, as redefinições emergentes de conceitos como democracia e cidadania apontam para direções que confrontam a cultura autoritária por meio da atribuição de novo significado às noções de direitos, espaços públicos e privados, formas de sociabilidade, ética, igualdade e diferença e assim por diante. Esses processos múltiplos de re-significação revelam claramente definições alternativas do que conta como político.

#### A RECONCEITUAÇÃO DO POLÍTICO NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LATINO-AMERICANOS

Ao explorar o político nos movimentos sociais, devemos ver a política como algo mais que um conjunto de atividades específicas (votar, fazer campanha ou lobby) que ocorrem em espaços institucionais claramente delimitados, tais como parlamentos e partidos; ela deve ser vista como abrangendo também lutas de poder realizadas em uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais e assim por diante. O poder, por sua vez, não deve ser entendido como "blocos de estruturas institucionais, com tarefas pré-estabelecidas (dominar, manipular), ou como mecanismos para impor ordem de cima para baixo, mas antes como

uma relação social difusa por todos os espaços" (Garcia Canclini, 1988: 474). No entanto, uma concepção descentrada do poder e da política não deve desviar nossa atenção do modo como os movimentos sociais interagem com a sociedade política e o Estado e "não deve nos levar a ignorar a maneira como o poder se sedimenta e se concentra em instituições e agentes sociais" (475).

Desse modo, nossos autores dão a devida atenção às relações dos movimentos com os poderes sedimentados de partidos, instituições e com o Estado, ao mesmo tempo em que sugerem que o exame dessa relação "nunca é suficiente" para apreender o impacto político ou a significação dos movimentos sociais.<sup>6</sup> Como argumenta convincentemente David Slater (neste volume), a afirmação de que os movimentos sociais contemporâneos desafiam ou refizeram as fronteiras do político

— pode significar, por exemplo, que os movimentos podem subverter os dados tradicionais do sistema político — poder estatal, partidos políticos, instituições formais — ao contestar a legitimidade e o funcionamento aparentemente normal e natural de seus efeitos na sociedade. Mas também o papel de alguns movimentos sociais foi o de revelar os significados ocultos do político encerrados no social.

Da mesma forma que buscam avançar para além da compreensão estática da cultura e da política (textual) da representação, os capítulos seguintes transgridem as concepções estreitas e reducionistas de política, cultura política, cidadania e democracia, que predominam tanto na ciência política tradicional como em algumas versões das abordagens que enfatizam seja a mobilização de recursos ou o processo político.<sup>7</sup> Em vez de avaliar ou medir o "sucesso" dos movimentos sociais principal ou exclusivamente com base no modo como suas demandas são processadas — e se o são — no interior da política de representação (institucional), nossos autores se empenham em lançar nova luz sobre o modo como os discursos e práticas dos movimentos sociais podem desestabilizar e assim — pelo menos parcialmente — transformar os discursos dominantes e as práticas excludentes da "democracia latino-americana realmente existente" (Fraser, 1993).

Tendo experimentado uma espécie de renascimento nos campos da ciência política e da sociologia em anos recentes

(Inglehart, 1988), o conceito de cultura política buscou eliminar os preconceitos "ocidentalizantes" do passado (Almond, Verba, 1963, 1980). Contudo, ele permanece em larga medida restrito àquelas atitudes e crenças sobre aquele âmbito restrito (o sistema político estritamente delimitado) que a cultura dominante definiu historicamente como propriamente político e àquelas crenças que sustentam ou solapam as regras estabelecidas de um determinado "jogo político".

A cultura política envolve várias orientações psicológicas diferentes, incluindo elementos mais profundos de valor e crença sobre o modo como a autoridade política deveria ser estruturada e como o eu deveria se relacionar com ela, e atitudes, sentimentos e avaliações mais temporárias e mutáveis relacionadas com o sistema político. (Diamond, Linz, 1989: 10)

Assim, para muitos cientistas políticos como Larry Diamond e Juan Linz, "valores e disposições comportamentais (em particular, no nível da elite) de compromisso, flexibilidade, tolerância, conciliação, moderação e contenção" contribuem significativamente para a "manutenção da democracia" (12-13).

Essas concepções de cultura política tomam o político como dado e não enfrentam um aspecto chave das lutas dos movimentos explorado por vários dos capítulos aqui reunidos. Como observa Slater (1994a), com muita frequência, a política é referida de um modo que já pressupõe um significado que é consensual e fundante. E concordamos com a avaliação de Norbert Lechner de que "a análise das questões políticas levanta necessariamente a questão de por que uma determinada questão é política. Assim, podemos supor que a cultura política condicional e expressa precisamente essa determinação" (1987a: 8). A política cultural posta em prática pelos movimentos sociais, ao contestar e dar novo significado ao que conta como político e quem — além da "elite democrática" — define as regras do jogo político, pode ser crucial, sustentamos, para promover culturas políticas alternativas e, potencialmente, ampliar e aprofundar a democracia na América Latina (Ver também Avritzer, 1994; Lechner, 1987a, 1987b; Dagnino, 1994). Rubin (neste volume) afirma, por exemplo, que foi "o fomento de uma cultura política nova e híbrida que permitiu à COCEI manter seu poder mesmo quando a reestruturação econômica neoliberal e a desmobilização dos movimentos populares dominavam a política no resto do México e da América Latina".

Ademais, embora as disposições culturais da elite observadas por Diamond e Linz pudessem sem dúvida ajudar a fortalecer a democracia representativa com base na elite, elas nos dizem pouco sobre como padrões e práticas culturais mais amplos que promovem o autoritarismo social e a desigualdade notória obstruem o exercício da cidadania democrática significativa para cidadãos que não pertencem à elite (Sales, 1994; Telles, 1994; Oliveira, 1994; Hanchard, 1994). As rígidas hierarquias sociais de classe, raça e gênero que caracterizam as relações sociais latino-americanas impedem que a vasta maioria dos cidadãos *de jure* imagine e muito menos reivindique publicamente a prerrogativa de ter direitos. Como sustentamos em outro lugar, os movimentos populares, ao lado dos feministas, afro-latino-americanos, de lésbicas e homossexuais, assim como ambientalistas, foram instrumentais na construção de uma nova concepção de cidadania democrática, que reivindica direitos na sociedade e não apenas do Estado e que contesta as rígidas hierarquias sociais que ditam lugares fixos na sociedade para seus (não) cidadãos com base em critérios de classe, raça e gênero:

O autoritarismo social engendra formas de sociabilidade numa cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade. A consideração dessa dimensão implica desde logo uma redefinição daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas. E, fundamentalmente, significa uma ampliação e aprofundamento da concepção de democracia, de modo a incluir o conjunto das práticas sociais e culturais, uma concepção de democracia que transcende o nível institucional formal e se debruça sobre o conjunto das relações sociais permeadas pelo *autoritarismo social* e não apenas pela exclusão política no sentido estrito. (Dagnino, 1994a: 104-105)

A análise de Teresa Caldera (a sair) de como e por que a defesa dos direitos humanos dos criminosos comuns continua a ser vista como "algo ruim e condenável" pela maioria dos cidadãos no Brasil democrático ilustra pungentemente por que — à luz do constante autoritarismo sócio-cultural — "a análise social deveria olhar para além do sistema político" ao

teorizar sobre as transições democráticas e explorar o modo como "os limites da democratização estão profundamente incrustados nas concepções populares do corpo, da punição e dos direitos individuais". A penetração das noções culturais do "corpo e indivíduo limitados", sustenta Caldera, impede seriamente a consolidação dos direitos civis e individuais básicos no Brasil: "Essa noção é reiterada não somente como meio de exercício do poder nas relações interpessoais, mas também como um instrumento para contestar de modo explícito os princípios da cidadania universal e dos direitos individuais." A política cultural dos movimentos de direitos humanos deve então trabalhar para re-significar e transformar as concepções culturais dominantes dos direitos e do corpo.

No entanto, apesar da atenção renovada concedida à cultura política em algumas análises políticas recentes, o cultural continua a tocar o segundo violino nas clássicas harmonias eleitorais, partidárias e políticas que inspiram a análise (neo) institucionalista liberal. A maioria dos teóricos tradicionais conclui que os movimentos sociais e as associações cívicas desempenham, na melhor das hipóteses, um papel secundário na democratização e tem, portanto, concentrado sua atenção na institucionalização política, que é considerada "o fator mais importante e urgente na consolidação da democracia" (Diamond, 1994: 15).

Em consequência, as discussões sobre a democratização latino-americana concentram-se hoje quase que exclusivamente na estabilidade das instituições e processos políticos representativos formais como, por exemplo, nos "perigos do presidencialismo" (Linz, 1990; Linz, Valenzuela, 1994), na formação e consolidação de partidos e sistemas partidários viáveis (Mainwaring, Scully, 1995), e nos "requisitos da governabilidade" (Huntington, 1991; Mainwaring, O'Donnell, Valenzuela, 1992; Martins, 1989). Em resumo, as análises predominantes da democracia centram-se no que os cientistas políticos batizaram de "engenharía institucional", requisito para a consolidação da democracia representativa no Sul das Américas.

Uma tendência recente no estudo dos movimentos sociais latino-americanos parece endossar esse foco exclusivo sobre o formalmente institucional (ver Foweraker, 1995). Embora a literatura mais antiga sobre os movimentos dos anos 70 e 80 louvasse sua suposta abstenção da política institucional, sua

defesa da autonomia absoluta e sua ênfase na democracia direta, muitas análises recentes sustentam que essas posturas deram origem a um "ethos de rejeição indiscriminada do institucional" (Doimo, 1993; Silva, 1994; Coelho, 1992; Hellman, 1994), que tornava difícil para os movimentos articular com eficácia suas reivindicações nas arenas políticas formais. Outros teóricos destacaram as qualidades paroquiais, fragmentárias, dos movimentos e enfatizaram sua incapacidade de transcender o local e engajar-se na *realpolitik* tornada inevitável pelo retorno à democracia eleitoral (Cardoso, 1994, 1988; Silva, 1994; Coelho, 1992).

Ainda que as relações dos movimentos sociais com os partidos, o Estado e com as instituições frágeis, elitistas, partidaristas e amíde corruptas dos regimes civis da América Latina mereçam certamente atenção dos estudiosos, essas análises negligenciam com frequência a possibilidade de que arenas públicas não-governamentais ou extra-institucionais — inspiradas ou construídas principalmente por movimentos sociais — possam ser igualmente essenciais para a consolidação de uma cidadania democrática significativa para grupos e classes sociais subalternos. Ao chamar a atenção para as políticas culturais dos movimentos sociais e outras dimensões menos mensuráveis e, às vezes, menos visíveis ou submersas, da ação coletiva contemporânea (Melucci, 1988), nossos autores oferecem leituras alternativas da maneira como os movimentos contribuíram para a mudança cultural e política desde que o neoliberalismo econômico e a democracia representativa (limitada e em larga medida protoliberal) se converteram nos pilares da dominação na América Latina.

Os vários artigos se detêm numa variedade de debates teóricos que podem nos ajudar a transcender algumas das insuficiências inerentes às leituras dominantes do político e lançar uma luz diferente sobre suas imbricações com o cultural nas práticas dos movimentos sociais latino-americanos. Entre esses estão os recentes estudos culturais, feministas e os debates pós-marxistas e pós-estruturalistas sobre cidadania e democracia, bem como conceitos correlatos como redes ou "teias" de movimentos sociais, sociedade civil e espaços ou esferas públicos.

## CULTURA E POLÍTICA NAS REDES OU TEIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Uma maneira particularmente frutífera de explorar como as intervenções políticas dos movimentos sociais se estendem para dentro e para além da sociedade política e do Estado é analisar a configuração das redes ou teias dos movimentos sociais (Melucci, 1988; Doimo, 1993; Landim, 1993a; Fernandes, 1994; Scherer-Warren, 1993; Putnam, 1993; Alvarez, 1997). Por um lado, vários dos capítulos seguintes chamam atenção para as práticas culturais e redes interpessoais da vida cotidiana que sustentam movimentos sociais ao longo dos fluxos e refluxos de mobilização e que infundem novos significados culturais nas práticas políticas e na ação coletiva. Essas estruturas de significado podem incluir diferentes formas de consciência e práticas relativas, por exemplo, à natureza, à vida de bairro ou à identidade.

Rubin, por exemplo, descreve com eloquência o modo como movimentos populares radicais em Juchitán, México, extraem força dos laços familiares, comunitários e étnicos. Ele destaca como "locais físicos e sociais" aparentemente apolíticos, tais como bancas de mercado, bares e pálios familiares, "contribuíram para a reelaboração das crenças e práticas culturais locais" e se tornaram "lugares importantes para a discussão e mobilização [em Juchitán] (...) com suas características de gênero e classe [proporcionando] terreno fértil para repensar a política e levando as pessoas para as ruas". A centralidade atribuída às redes submersas da vida cotidiana (Melucci, 1988) na modelagem da política cultural dos movimentos encontra eco na discussão de Ilibia Grueso, Carlos Rosero e Arturo Escobar das lutas afro-colombianas em torno de natureza e identidade, no tratamento de Sérgio Balerle dos movimentos urbanos brasileiros e no capítulo de Olívia Gomes da Cunha sobre os movimentos negros brasileiros neste volume.

Por outro lado, vários capítulos sublinham que os movimentos sociais não apenas dependem e se baseiam em redes da vida cotidiana, mas também constroem e configuram novos vínculos interpessoais, inter-organizacionais e político-culturais com outros movimentos, bem como com uma multiplicidade de atores e espaços culturais e institucionais. Esses vínculos

expandem o alcance cultural e político dos movimentos para muito além das comunidades locais e pálios familiares e, alguns de nossos autores sustentam, ajudam a contrabalançar as supostas propensões paroquiais, fragmentárias e efêmeras dos movimentos.

Ao avaliar o impacto dos movimentos sociais sobre processos mais amplos de mudança político-cultural, devemos entender que o alcance dos movimentos sociais se estende para além de suas partes constitutivas óbvias e manifestações visíveis de protesto. Como sugere Ana Maria Doimo em seu incisivo estudo sobre o "movimento popular" no Brasil:

Em geral, quando estudamos os fenômenos relativos à participação explicitamente política, tais como partidos, eleições, parlamento etc., sabemos onde procurar dados e instrumentos para "medi-los". Não é este o caso do campo dos movimentos em questão (...) um tal campo baseia-se em relações interpessoais que ligam indivíduos a outros indivíduos, envolvem conexões que vão além de grupos específicos e atravessam transversalmente instituições sociais particulares, tais como a Igreja católica, o protestantismo — nacional e internacional —, a academia científica, as organizações não-governamentais (ONGs), as organizações de esquerda, os sindicatos e os partidos políticos. (Doimo, 1993: 44)

Alvarez sustenta que as demandas, discursos e práticas políticas, bem como as estratégias políticas e de mobilização de muitos dos movimentos atuais estão amplamente espalhadas, às vezes, de modo invisível, pelo tecido social, com suas redes político-comunicativas atingindo os parlamentos, a academia, a Igreja, os meios de comunicação e assim por diante. Schild afirma:

Vastas redes de profissionais e ativistas que são feministas, ou que são pelo menos sensíveis às questões femininas, estão em ação atualmente no Chile e em outros países latino-americanos. Essas redes não são apenas responsáveis por sustentar o trabalho de organizações de base e (...) ONGs, mas estão também engajadas na produção de conhecimento, inclusive de categorias que se tornam parte dos repertórios morais usados pelo Estado.

Ademais, como demonstram as contribuições de Yúdice, Slater, Lins Ribeiro e Alvarez, muitas redes de movimentos

latino-americanos são cada vez mais regionais e transnacionais no seu alcance (ver também Lipschutz, 1992; Keck e Sikkink, 1992; Fernandes, 1994).

O termo "teias de movimento social" (em contraste com o mais comum "rede") transmite o aspecto intrincado e precário dos múltiplos laços e imbricações estabelecidos entre organizações dos movimentos, participantes individuais e outros atores da sociedade civil e o Estado. A metáfora da "teia" também nos permite imaginar mais vividamente os entrelaçamentos em múltiplas camadas dos atores dos movimentos com os terrenos natural-ambiental, político-institucional e cultural-discursivo nos quais estão incrustados.

Em outras palavras, as teias dos movimentos abrangem mais do que suas organizações e seus membros ativos; elas incluem participantes ocasionais nos eventos e ações do movimento e simpatizantes e colaboradores de ONGs, partidos políticos, universidades, outras instituições culturais e convencionais políticas, a Igreja e até o Estado que (ao menos parcialmente) apóia um determinado objetivo do movimento e ajuda a difundir seus discursos e demandas dentro e contra as instituições e culturas políticas dominantes (Landim, 1993a e 1993b). Quando examinamos o impacto dos movimentos, devemos então avaliar a extensão em que suas demandas, discursos e práticas, circulam de modo capilar, como numa teia (por exemplo, como são utilizados, adotados, apropriados, cooptados ou reconstruídos, conforme o caso), em arenas institucionais e culturais mais amplas. Warren, por exemplo, critica a noção predominante de que "a medida do sucesso de um movimento social é sua capacidade de conseguir mobilizações de massa e protestos públicos", argumentando que na avaliação de um movimento como o Pan-Maia — baseado em educação, idioma, reafirmação cultural e direitos coletivos — devemos considerar que pode não haver nenhuma

manifestação para contar porque não se trata de um movimento de massa que gere protesto. Mas haverá gerações novas de estudantes, líderes, professores, agentes de desenvolvimento e idosos da comunidade que foram tocados de alguma maneira pelo movimento pan-maia e sua produção cultural.

Devemos levar em conta também como a dinâmica e os discursos dos movimentos são moldados pelas instituições

sociais, culturais e políticas importantes que atravessam as redes ou teias e como os movimentos, por sua vez, modelam a dinâmica e o discurso daquelas instituições. Schild, por exemplo, observa que "as agências governamentais e iniciativas partidárias sem fins lucrativos que trabalham a favor das mulheres contam fortemente com os esforços de mulheres posicionadas em redes [inspiradas no feminismo] no Chile contemporâneo. E Alvarez analisa a absorção, apropriação e re-significação relativamente rápida, ainda que seletiva, dos discursos e demandas feministas latino-americanos por instituições culturais dominantes, organizações paralelas da sociedade civil e política, o Estado e o *establishment* do desenvolvimento.

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A REVITALIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Tal como a noção de cultura política, o conceito de sociedade civil testemunhou também um renascimento, significativo, um, verdadeiro *boom* conceitual, nas ciências sociais durante a última década (Cohen, Arato, 1992: 15; Walzer, 1992; Avritzer, 1994; Keane, 1988). Andrew Arato atribui "o notável ressurgimento desse conceito" ao fato de que:

Expressava as novas estratégias dualistas, radicais, reformistas ou revolucionárias de transformação das ditaduras, observadas primeiro na Europa oriental e depois na América Latina, para as quais proporcionou uma nova compreensão teórica. Essas estratégias se baseavam na organização autônoma da sociedade e na reconstrução dos laços sociais fora do Estado autoritário e a conceituação de uma esfera pública independente e separada de todas as formas de comunicação oficial, controladas pelo Estado ou pelos partidos. (1995: 19)

Com efeito, como diz Alfred Stepan, "a sociedade civil tornou-se a celebridade política" de muitas transições latino-americanas recentes do regime autoritário (Stepan, 1988: 5) e foi uniformemente vista como um ator significativo (embora secundário) na literatura da democratização. Em seu artigo neste volume, Yúdice sustenta que, sob o Estado em processo de encolhimento do neoliberalismo, a sociedade civil "floresceu". Em outras obras recentes, a sociedade civil tornou-se "internacional" (Ghils, 1992), "transnacional" (Lins Ribeiro, 1994 e

neste volume), "global" (Lipschutz, 1992; Leis, 1995; Walzer, 1995) e até "planetária" (Fernandes, 1994 e 1995).

Embora os esforços para delimitar esse conceito variem muito — indo de definições abrangentes (em algumas versões, residuais) que incluem tudo o que *não* é o Estado ou o mercado, até concepções que restringem a noção a formas de vida associativa organizadas voltadas para a expressão de interesses da sociedade —, a maioria inclui os movimentos sociais entre seus componentes centrais e mais vitais. Ademais, analistas e ativistas, tanto conservadores como progressistas, tendem a louvar o potencial democratizador da sociedade civil em escala local, nacional, regional e global.

Nossos colaboradores endossam em geral essa visão positiva, na medida em que a sociedade civil constitui amíúde a única esfera disponível ou a mais importante para organizar a contestação cultural e política. Porém, eles também chamam a atenção para três ressalvas importantes, mas nem sempre exploradas. Primeiro, destacam que a sociedade civil não é uma família ou uma "aldeia global" homogêneas e felizes, mas um terreno de luta, minado às vezes por relações de poder não-democráticas e pelos problemas constantes de racismo, hetero-sexismo, destruição ambiental e outras formas de exclusão (Slater, Alvarez, Lins Ribeiro, Schild). Em particular, a crescente predominância das ONGs nos movimentos latino-americanos e sua relação complexa com movimentos de base local, de um lado, e de outro, com agências bilaterais, multilaterais e privadas, fundações e ONGs transnacionais com base na América do Norte, são também assinaladas como questões políticas e teóricas especialmente complicadas para os movimentos da região atualmente (ver também MacDonald, 1992; Ramos, 1995; Muçoucah, 1995; Rielly, 1994; Walzer, 1992; Lebon, 1993). Lins Ribeiro destaca que "as ONGs podem ser de fato um sujeito político efetivo fragmentado, descentrado em um mundo pós-moderno, mas o custo da flexibilidade, do pragmatismo e da fragmentação pode muito bem ser o reformismo — sua capacidade de promover mudanças radicais pode enfraquecer". Alvarez analisa questões de representatividade, legitimidade e responsabilidade que infestam amíúde as ONGs feministas e, junto com Schild, chama a atenção para as maneiras

em que as ONGs parecem às vezes agir como organizações "neo" ou "para" em vez de "não" governamentais. E Yúdice pergunta: "[não poder] a efervescência das ONGs [ter] dois sentidos: ajudar a sustentar um setor público evacuado pelo Estado e, ao mesmo tempo, tornar possível para o Estado livrar-se do que antes era considerado de sua responsabilidade?"

Em segundo lugar, vários dos capítulos deste livro nos advertem contra o aplauso ingênuo às virtudes da sociedade civil em suas manifestações locais, nacionais, regionais ou globais. Slater observa que "não poucas vezes, a sociedade civil foi essencializada em um marco positivo, como o terreno do bom e do esclarecido"; seu capítulo, assim como os de Schild, Yúdice, Lins Ribeiro e Alvarez, destaca que a sociedade civil é um terreno minado por relações desiguais de poder em que alguns atores podem obter maior acesso ao poder, bem como acesso diferenciado a recursos materiais, culturais e políticos. Uma vez que a democratização das relações culturais e sociais — seja ao nível micro do lar, do bairro e da associação comunitária, ou ao nível macro das relações entre mulheres e homens, negros e brancos, ricos e pobres — é um objetivo expresso dos movimentos sociais latino-americanos, a sociedade civil deve ser entendida ao mesmo tempo como o seu "terreno" e um de seus "alvos" privilegiados (ver Cohen, Arato, 1992, esp. Cap. 10). Nesse sentido, há uma conexão evidente entre a importância das lutas pela democratização no interior da sociedade civil e a política cultural dos movimentos sociais.

Em terceiro lugar, vários capítulos examinam como a fronteira entre sociedade civil e Estado fica embaçada muitas vezes nas práticas dos movimentos sociais latino-americanos. Schild enfatiza a freqüente "transmigração" das ativistas feministas chilenas das ONGs para o Estado e vice-versa e chama ainda atenção para o fato de que o próprio Estado estrutura relações *no interior* da sociedade civil, afirmando que "essa estruturação conta com recursos culturais importantes da própria sociedade civil". E Slater sustenta que há conexões entre o Estado e a sociedade civil que tornam ilusória a idéia de um confronto ou mesmo de uma delimitação entre os dois como entidades completamente autônomas (Slater, neste volume).

O capítulo de Rubin ilustra o modo como as práticas híbridas dos movimentos sociais também desafiaram a amizade as representações dicotômicas de vida pública e vida doméstica ou privada.

Rubin argumenta que as políticas culturais da COCEI eram freqüentemente postas em prática nas "zonas intermediárias de contornos que eram pouco claros". No mesmo sentido, Diaz-Barriga (1998) sustenta que as *colonias* que participam dos movimentos urbanos da Cidade do México atuam de modo semelhante dentro de "fronteiras culturais". Afirma ainda que elas "contestavam e ao mesmo tempo reforçavam os significados políticos e culturais da subordinação das mulheres, bem como habitavam um espaço social envolto em ambigüidade, ironia e conflito".

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A TRANS/FORMAÇÃO DO PÚBLICO

Várias concepções do público — tais como esferas públicas, espaços públicos e contrapúblicos subalternos — foram recentemente propostas como abordagens úteis para explorar o nexo entre cultura e política nos movimentos sociais contemporâneos (Habermas, 1987 e 1988; Fraser, 1989 e 1993; Cohen, Arato, 1992; Robbins, 1993; Costa, 1994) e são retrabalhadas e expostas de várias maneiras nos capítulos que seguem.

George Yúdice afirma que os estudiosos das Américas precisam "enfrentar o desafio de (re)construir a sociedade civil e, em particular, as esferas públicas em disputa nas quais as práticas culturais são canalizadas e avaliadas" (1994: 2). Jean Franco (citada em Yúdice, 1994) sugere ainda que devemos examinar "espaços públicos" em vez das esferas públicas definidas convencionalmente, a fim de identificar zonas de ação que apresentem possibilidades de participação dos grupos subordinados que usam e se movem nesses espaços. É na re/apropriação de espaços públicos tais como centros comerciais, um dos exemplos de Franco, que se torna possível aos grupos marginais satisfazer necessidades não previstas nos usos convencionais de tais espaços (Yúdice, 1994: 6-7). A análise que Rubin faz dos quintais familiares e mercados locais como locais importantes para a produção de significados sobre cultura, política e participação: o uso pelos ativistas negros colombianos de ambientes fluviais e florestais; e os usos criativos dos zapateiros do ciberespaço são ilustrativos da re/construção e apropriação desses espaços públicos pelos movimentos sociais.

Para apreender o impacto político-cultural dos movimentos sociais e avaliar suas contribuições para minar o autoritarismo social e a democratização elitista, não é suficiente examinar as interações deles com ambientes públicos oficiais (tais como parlamentos e outras arenas políticas nacionais e transnacionais). Devemos ampliar nosso olhar para abranger também outros espaços públicos — construídos ou apropriados pelos movimentos sociais — nos quais políticas culturais são postas em prática e se modelam as identidades, demandas e necessidades subalternas.

Nancy Fraser argumenta persuasivamente que a análise de Habermas da esfera pública liberal traz

uma premissa normativa subjacente, a saber, que o confinamento institucional da vida pública a uma esfera pública única e totalmente abrangente é um situação positiva e desejável, ao passo que a proliferação de uma multiplicidade de públicos representa um afastamento da democracia, em vez de um avanço em sua direção. (1993: 13)

Essa crítica é particularmente relevante no caso da América Latina, onde, mesmo em contextos políticos formalmente democráticos, as informações, o acesso e a influência sobre as esferas governamentais em que se tomam as decisões políticas que afetam toda a sociedade são restritos a uma fração muito pequena e privilegiada da população e negados às classes e aos grupos subalternos. Uma vez que os subalternos têm sido historicamente relegados ao estatuto de não-cidadãos na América Latina — sustentam vários de nossos autores —, a multiplicação das arenas públicas, nas quais a exclusão sócio-cultural, de gênero, racial e econômica, e não apenas política, pode ser contestada e re-significada, deve ser vista também como parte integrante da expansão e aprofundamento da democracia.

A proliferação de "públicos" alternativos dos movimentos sociais — configurados, sugerem vários de nossos colaboradores, a partir de redes ou teias político-comunicativas intra e intermovimentos — é, portanto, positiva para a democracia, não somente porque serve para "pôr em xeque o poder do Estado", ou porque "dá expressão" a "interesses populares" estruturalmente pré-ordenados, como diriam Diamond e Linz

(1989: 35), mas também porque é nesses espaços públicos alternativos que esses mesmos interesses podem ser continuamente re/construídos. Fraser conceitua esses espaços alternativos como "contrapúblicos subalternos", a fim de assinalar que eles são "arenas discursivas paralelas onde membros dos grupos sociais subordinados inventam e circulam contradições, de modo a formular interpretações posicionais de suas identidades, seus interesses e necessidades" (Fraser, 1993: 14). A contribuição dos movimentos sociais para a democracia latino-americana pode então ser encontrada também na proliferação de múltiplas esferas públicas e não apenas em seu sucesso no processamento de demandas no interior dos públicos oficiais.

Como sustenta Baierle, para além da luta pela realização de interesses, esses espaços tornam possível o processamento de conflitos em torno da construção de identidades e a definição de espaços nos quais esses conflitos podem se expressar. Assim definida, "a política incorpora, em seu momento supremo, a construção social do interesse, que jamais é dado a priori". Para Paoli e Telles, as lutas sociais dos anos 80 deixaram um legado importante aos anos 90: elas criaram espaços públicos plurais, informais e descontínuos, onde pode ocorrer o reconhecimento dos outros como portadores de direitos. Paoli e Telles afirmam que os movimentos populares e operários ajudaram igualmente a constituir arenas públicas nas quais os conflitos ganham visibilidade, os sujeitos coletivos se constituem como interlocutores válidos e os direitos estruturam uma linguagem pública que delimita os critérios pelos quais as demandas coletivas por justiça e igualdade podem ser problematizadas e avaliadas. Tal como Baierle e Dagnino, elas sustentam ainda que essas novas esferas públicas de representação, negociação e interlocução representam um "campo democrático em construção" que assinala pelo menos a possibilidade de repensar e expandir os parâmetros da democracia brasileira realmente existente.

Como observamos acima, os públicos com base em movimentos ou inspirados por eles estão marcados por relações de poder desiguais. Com efeito, em vez de retratar os movimentos sociais como "intrinsecamente virtuosos do ponto de vista político", como escrevem Paoli e Telles, vários de nossos capítulos exploram questões cruciais relacionadas com a representação, a responsabilidade e a democracia interna *no interior*

desses públicos alternativos construídos ou inspirados pelos movimentos sociais. Ainda assim, sustentamos que, embora contraditória, a presença pública continuada mediante a proliferação de feiras de movimentos sociais e de públicos alternativos tem sido um desenvolvimento positivo para a democracia existente na América Latina. Nesse sentido, concordamos com a avaliação de Fraser de que:

Os contrapúblicos subalternos nem sempre são necessariamente virtuosos; alguns deles são explicitamente antidemocráticos e anti-igualitários; e mesmo aqueles com intenções democráticas e igualitárias nem sempre conseguem superar a prática de seus próprios modos de exclusão e marginalização informal. Ainda assim, na medida em que surgem em reação à exclusão no interior de públicos dominantes, esses contrapúblicos ajudam a expandir o espaço discursivo. Em princípio, os pressupostos que eram antes isentos de contestação serão agora publicamente questionados. Em geral, a proliferação de contrapúblicos subalternos significa uma ampliação da contestação discursiva, uma boa coisa em sociedades estratificadas. (1993: 15)

Embora o papel supostamente democratizador dos públicos se torne mais problemático por questões de representatividade e responsividade, exploradas em vários de nossos capítulos, a crescente imbricação de públicos alternativos e oficiais pode, todavia, ampliar a contestação política e de políticas *no interior* das instituições da sociedade política e do Estado. Com efeito, como a pesquisa de Dagnino sobre os militantes de Campinas demonstra, os participantes de movimentos sociais dificilmente “dão as costas” a partidos e instituições governamentais. Ao contrário, seu estudo revela que, enquanto a grande maioria dos cidadãos brasileiros desconfia dos políticos e considera os partidos mecanismos de defesa de interesses particulares, mais de setenta por cento dos que militam em movimentos sociais pertencem ou se identificam fortemente com um partido político e acreditam que as instituições representativas são arenas cruciais para promover a mudança social.

Ainda assim, nossos capítulos sugerem que os militantes negros colombianos, as feministas na ONU, os líderes do movimento Pan-Maia e os zapatistas não estão apenas lutando por acesso, incorporação, participação ou inclusão na “nação” ou no “sistema político” em termos pré-definidos pelas culturas políticas dominantes. Como sublinha Dagnino, o que também

está em jogo para os movimentos sociais de hoje é o direito de participar na própria definição do sistema político, o direito de definir aquilo no qual querem ser incluídos.

## GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E A POLÍTICA CULTURAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao encerrar, é necessário levar em consideração os múltiplos modos pelos quais a globalização e o projeto econômico neoliberal em voga em toda a América Latina afetaram a política cultural dos movimentos sociais em anos recentes. Por um lado, a globalização e seu conceito correlato, o transnacionalismo (ver o capítulo de Lins Ribeiro sobre essa distinção), parecem ter aberto novas possibilidades para os movimentos sociais — por exemplo, facilitando os esforços para promover uma política de democratização não-territorial de questões globais, como sustenta Slater. Lins Ribeiro acha que as novas tecnologias de comunicação, como a Internet, tornaram possível formas novas de “ativismo político à distância”. E Yúdice observa que embora

a maioria das visões da esquerda sobre a globalização seja pessimista, a volta à sociedade civil no contexto de políticas neoliberais e os usos das novas tecnologias sobre as quais se baseia a globalização abriram formas novas de luta progressista nas quais o cultural é uma arena crucial de luta.

Na Colômbia, as lutas étnicas encontram também na globalização do meio ambiente — em particular, a importância da conservação da biodiversidade — uma conjuntura potencialmente favorável.

Por outro lado, vários colaboradores sugerem que a globalização e o neoliberalismo não só intensificaram a desigualdade econômica — de tal forma que um número cada vez maior de americanos de ambos os lados do Equador vive em pobreza absoluta, com os do sul privados até da rede de segurança mínima e sempre precária proporcionada pelos *Estados de mal-estar social* do passado —, como redefiniram de modo significativo o terreno político-cultural no qual os movimentos

sociais devem empreender atualmente suas lutas. Com efeito, as políticas neoliberais esmagadoras que varreram o continente em anos recentes parecem, em alguns casos, ter enfraquecido os movimentos populares e abalado as linguagens existentes de protesto, colocando os movimentos a mercê de outros agentes articuladores, de partidos conservadores e narcotráfico a igrejas fundamentalistas e consumismo transnacional. A violência assumiu novas dimensões como modeladora do social e do cultural em muitas regiões; classes emergentes ligadas a negócios ilícitos e empresas impulsionadas pelo mercado transnacional ganharam ascendência social e política; e certas formas de racismo e sexismo se acentuaram em conexão com a mudança na divisão do trabalho que põe o peso do ajuste estrutural sobre as mulheres, os não-brancos e os pobres.

Está ficando cada vez mais claro que uma dimensão político-cultural importante do neoliberalismo econômico é o que se poderia chamar de "ajuste social", ou seja, o surgimento em muitos países de programas sociais voltados para aqueles grupos mais claramente excluídos ou vitimizados pelas políticas de ajuste estrutural. Seja o FOSIS (Fondo de Solidaridad e Inversión Social) no Chile, a Comunidade Solidária no Brasil, a Red de Solidaridad na Colômbia, ou o PRONASOL (Programa Nacional de Solidaridad) no México, esses programas constituem — sob a curiosa rubrica de "solidariedade" — estratégias de ajuste social que devem acompanhar necessariamente o ajuste econômico (ver Cornelius, Craig, Fox, 1994; Graham, 1994; Rielly, 1994). Podemos, de fato, falar propriamente aqui de "aparatos e práticas de ajuste social" (APAS). Com graus diferentes de alcance, sofisticação, apoio estatal, ou mesmo cinismo, os vários APAS não só tornam manifesta mais uma vez a propensão das classes dominantes da América Latina para experimentar e improvisar com as classes populares — como sugerimos acima em nossa discussão sobre a cultura política dominante do século XX —, como evidenciam seu propósito de transformar a base social e cultural da mobilização. Isso talvez fique mais claro no caso do Chile, onde o processo de refundação do Estado e da sociedade em termos neoliberais está mais avançado; com efeito, o FOSIS chileno tem sido saudado como um modelo para outros países latino-americanos (ver Schild neste volume).

Como observamos no início deste capítulo, o neoliberalismo é um concorrente poderoso e ubíquo na disputa contemporânea

pelo significado de cidadania e pelo projeto de democracia. Programas como o FOSIS funcionam criando novas categorias de clientes entre os pobres e introduzindo novos discursos individualizadores e atomizadores, tais como o do "desenvolvimento pessoal", da "capacitação para o auto-desenvolvimento", da "auto-ajuda", da "cidadania ativa" e similares. Esses discursos pretendem mais do que o auto-gerenciamento da pobreza. De uma maneira aparentemente foucaultiana (ver o tratamento que Yúdice, Slater e Schild dão ao conceito de "governamentalidade" de Foucault), eles parecem introduzir novas formas de auto-subjetivação, formação de identidades e disciplina. Os participantes desses programas acabam se vendo nos termos individualizadores e economicistas do mercado. Os APAS podem assim despolitizar a base para a mobilização. Esse efeito é facilitado às vezes por ONGs profissionalizadas que em muitos casos atuam como mediadoras entre o Estado e os movimentos populares.

Porém, devemos ser cautelosos, quando confrontados por esses desenvolvimentos, para evitar o catastrofismo. Para começar, nada assegura que o modelo chileno será exportado com sucesso para outros países — ou continuará a ter êxito no Chile — e não há garantias de que o efeito da desmobilização será permanente. Com certeza, formas de resistência aos APAS ficarão cada vez mais claras. Schild sustenta que não podemos prever "que forma a identidade do cidadão 'mercado' de hoje poderá assumir, ou em que contextos essa identidade é assumida por diferentes grupos sociais", mas mesmo assim, insiste que "os termos em que a cidadania pode ser adotada, contestada e disputada estão predeterminados" pela ofensiva cultural-econômica do neoliberalismo. Em contraste, Paoli e Telles sublinham que o neoliberalismo não é um projeto coerente, homogêneo ou totalizador; que a lógica predominante do ajuste estrutural está longe de ser inevitável; e que é precisamente nos interstícios gerados por essas contradições que os movimentos sociais articulam às vezes suas políticas. Contudo, permanece o fato de que o neoliberalismo e a globalização transformam significativamente as condições sob as quais a ação coletiva pode acontecer.

Em que medida as reformulações neoliberais da cidadania e da democracia, bem como a agora dominante concepção restrita das políticas sociais encarnada nos novos APAS, produzem

reconversões culturais importantes? Em que medida os grupos populares e outros movimentos sociais serão capazes de negociar ou utilizar parcialmente os novos espaços sociais e políticos abertos pelos APAs ou pela celebração professada pelo neoliberalismo da "sociedade civil"?

Por fim, devemos levantar uma questão relativa à possibilidade de que as novas condições ditadas pela globalização neoliberal possam transformar o próprio significado de "movimento social". O que conta como movimento social está sendo reconfigurado? Os movimentos sociais estão refinando no contexto aparentemente desmobilizador das políticas de ajuste estrutural e dos APAs? Não deveríamos olhar criticamente para a participação de muitas organizações e ONGs, antes progressistas, nos aparatos de ajuste social? Alguns de nossos capítulos propõem respostas preliminares a essas questões prementes.

Com efeito, é tarefa especialmente urgente investigar as relações entre as versões neoliberais de cidadania, ajuste social e a política cultural dos movimentos sociais. Sem dúvida, o que está em jogo é muito importante e para nós — intelectuais, estudiosos e militantes intelectuais —, se imbrica com nossa percepção do mundo e do estado atual de nossas tradições de conhecimento. Nesta antologia, o que tentamos desenvolver é uma indagação coletiva que possa nos permitir avaliar simultaneamente ambos: referências teóricas e as questões políticas que estão em jogo.

(Tradução de Pedro Maia Soares, revista pelos autores)

## NOTAS

<sup>1</sup> Uma exceção recente e importante é Darnovsky, Epstein e Flacks, 1995. Essa antologia se concentra nos movimentos sociais contemporâneos nos Estados Unidos e abriga principalmente debates relativos a "políticas de identidade" e democracia radical.

<sup>2</sup> Mas enquanto alguns pedem o abandono de "cultura", a maioria dos antropólogos críticos ainda acredita que tanto o trabalho de campo como o estudo de culturas continuam a ser importantes e, talvez, práticas analíticas, metodológicas e políticas exemplares para examinar o mundo no presente, mesmo que trabalho de campo e cultura — em seus modos reflexivos, pós-estruturalistas — sejam entendidos agora de maneira significativamente diferente de até apenas uma década atrás. Na medida em que a cultura continua a ser um espaço para o exercício do poder e dada a força persistente das diferenças

culturais, apesar da globalização, a teorização da cultura e o trabalho de campo continuam a ser projetos intelectuais e políticos vigorosos.

<sup>3</sup> O "descenramento" e o deslocamento associados à cultura e ao discursivo de que Hall fala se originam no fato de que o significado jamais pode ser totalmente fixado, que qualquer interpretação da realidade pode ser sempre contestada. Temos então uma tensão permanente entre uma "realidade material" que parece sólida e estável e a sempre cambiante semiose que lhe dá sentido e que, a longo prazo, é o que torna o material real para as pessoas concretas. Essa tensão, bem conhecida dos filósofos e antropólogos hermenêuticos, testemunhou uma série de reelaborações desde o rompimento da divisão base/superestrutura. O pós-estruturalismo foucaultiano foi o primeiro a introduzir a divisão entre formações, afirmações e visibilidades discursivas e não-discursivas, com o discurso organizando e incorporando o não-discursivo (instituições, economias, condições históricas e assim por diante). Laclau e Mouffe (1985) tentaram radicalizar o *tristigbi* foucaultiano dissolvendo a distinção e afirmando a natureza fundamentalmente discursiva da realidade social. Para eles, não há materialidade que não seja mediada por discurso e não há discurso que não esteja relacionado à materialidade. Assim, a diferenciação entre o material e o discursivo só poderia ser feita, se tanto, com propósitos de análise.

<sup>4</sup> A cultura política ocidental não é evidentemente uma entidade monolítica. Mas quer se refira à democracia de elite ou participativa, liberalismo ou comunitarismo, concepções neoconservadoras ou de bem-estar social, serão sempre concepções disputadas dentro dos limites estabelecidos pela cultura política na história do Ocidente moderno (Cohen, Arato, 1992).

<sup>5</sup> É por isso que não concordamos com a opinião amplamente difundida que restringe o alcance dos movimentos sociais ao aprofundamento do imaginário democrático do Ocidente. Rejeitar as idéias de sujeito unitário e espaço político único, como Mouffe (1993) quer que façamos ao endossar o anti-essentialismo pode exigir jogar fora mais traços da modernidade do que ela e a maioria dos teóricos políticos europeus e euro-americanos parecem estar preparados para conceder. Da mesma forma, ao mesmo tempo em que concordamos com o fato de que os movimentos sociais são um "traço essencial de uma sociedade civil vital e moderna", discordamos da afirmação de que eles não devem ser vistos como "prefigurando uma forma de participação dos cidadãos que irá ou deverá substituir os arranjos institucionais da democracia representativa" (Cohen, Arato, 1992: 19). Na América Latina, que se caracteriza por culturas híbridas e uma diferenciação precária entre Estado, economia e sociedade civil, e onde o convencionalmente político raramente cumpriu o papel que lhe foi confiado, a normatividade e a estruturação que os teóricos europeus e norte-americanos querem sustentar são tênues e problemáticas, na melhor das hipóteses. Achamos mais interessante, por exemplo, a hipótese da existência de âmbitos subalternos da política, paralelos à esfera dominante e articulados por diferentes práticas e idiomas de protesto (Gutha, 1988).

<sup>6</sup> Para uma visão exaustiva da literatura existente sobre as relações dos movimentos com os partidos e o Estado na América Latina, ver Foweraker, 1995.

<sup>7</sup> Reavaliações recentes da teoria da mobilização de recursos (RM) levaram os estudiosos a explorar ao mesmo tempo os lados institucional, estrutural e cultural-simbólico dos movimentos sociais. Os teóricos da RM reconhecem cada vez mais que os processos culturais — tais como os "marcos de ação coletiva" de Tarrow (1992), "incentivos de identidade" de Friedman e McAdam (1992), "política das apresentações simbólicas da vida cotidiana" (1992) e a "transformação de significados hegemônicos e lealdades de grupo" (Nuttall, 1992: 10) — estão intimamente entrelaçados com o desdobramento das

oportunidades políticas e das estratégias dos movimentos sociais. Carol McClurg Mueller resume bem essa nova direção de pesquisa ao destacar como, enquanto o ator racional economicista da teoria da mobilização de recursos minimizava o papel das idéias, crenças e configurações culturais, o novo ator do movimento social constrói os significados que designam, desde o início, os tipos relevantes de queixas, recursos e oportunidades (1992: 21-22). Ver, desde o início, também Johnson e Klandermans, 1995; McAdam, McCarthy e Zald, 1996.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, Gabriel, VERBA, Sidney. 1963. *The Civic Culture*. Boston: Little, Brown.
- ALMOND, Gabriel, VERBA, Sidney (Ed.). 1980. *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little, Brown.
- ALVAREZ, Sonia E. 1997. Reweaving the Fabric of Collective Action: Social Movements and Challenges to "Actually Existing Democracy" in Brazil. In: FOX, R., STARN, O. (Ed.). *Between Resistance and Revolution: Cultural Politics and Social Protest*. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press. p.83-117.
- ARATO, Andrew. 1995. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 10 (27): 18-27.
- AVRITZER, Leonardo (Ed.). 1994. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.
- CALDEIRA, Teresa. *City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship* in São Paulo, Brazil. Berkeley: University of California Press. (A sair).
- CALDERÓN, Fernando. 1995. *Movimientos sociales y política*. México: Siglo XXI.
- CALDERÓN, Fernando (Ed.). 1988. *Imágenes desconocidas: la modernidad en la encrucijada posmoderna*. Buenos Aires: CLACSO.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. 1988. Isso é política? Dilemas da participação entre o moderno e o pós-moderno. *Novos Estudos do Cebrap* 20: 74-80.
- \_\_\_\_\_. 1994. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina. *Anos 90: política e sociedade no Brasil* (Ed.). São Paulo: Brasiliense.
- CARVALHO, José Murilo de. 1991. *Os bestializados*. São Paulo: Cia. das Letras.
- CLIFFORD, James, MARCUS, George (Ed.). 1986. *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.
- COELHO, Simone C. T. 1992. *O Estado e os movimentos pré-moradia: a construção de uma relação democrática*. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Tese, mestrado).
- COHEN, Jean L., ARATO, Andrew. 1992. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.
- COMAROFF, Jean, COMAROFF, John. 1991. *Of Revelation and Revolution*. Chicago: University of Chicago Press.
- CORNELIUS, Wayne A., CRAIG, Ann L., FOX, Jonathan (Ed.). 1994. *Transforming State-Society Relations: The National Solidarity Strategy*. San Diego: Center for U.S.-Mexican Studies, University of California at San Diego.
- COSTA, Sérgio. 1994. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. *Novos Estudos do Cebrap* 38: 38-52.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 1980. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas.
- DAGNINO, Evelina. 1994a. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Ed.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 1994b. On Becoming a Citizen: The Story of D. Marlene. In: BENMAYOR, R., SKOTNES, A. (Ed.). *Migration and Identity*. Oxford: Oxford University Press.
- DAGNINO, Evelina (Ed.). 1994. *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- DARNOVSKY, Marcy, EPSTEIN, Barbara, FLACKS, Richard (Ed.). 1995. *Cultural Politics and Social Movements*. Fladelfia: Temple University Press.
- DE CERTEAU, Michel. 1984. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press.
- DIAMOND, Larry. 1994. Rethinking Civil Society: Toward Democratic Consolidation. *Journal of Democracy* 5 (3): 4-17.

- DÍAZ-BARRIGA, Miguel. 1998. Beyond the Domestic and the Public: *Colonas* Participation in Urban Movements in Mexico City. In: ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (Eds.). *Cultures of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movement*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- DOIMO, Ana Maria. 1990. O "movimento popular" no Brasil pós-70: formação de um campo ético-político. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Tese, doutorado).
- ESCOBAR, Arturo, ALVAREZ, Sonia E. (Ed.). 1992. *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy, and Democracy*. Boulder: Westview Press.
- FERNANDES, Rubem César. 1994. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- \_\_\_\_\_. 1995. Elos de uma cidadania planetária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 10 (28): 15-34.
- FISKE, John. 1989. *Understanding Popular Culture*. Boston: Unwin Hyman.
- FLISFICH, Angel, LECHNER, Norbert, MOULIAN, Tomas. 1986. *Problemas de la democracia y la política democrática en América Latina*. Santiago: FLACSO/CLAEH.
- POWERAKER, Joe. 1995. *Theorizing Social Movements*. Boulder: Pluto Press.
- FOX, Richard (Ed.). 1991. *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe, N. Mex.: School of American Research.
- FRANCO, Jean. 1998. Defrocking the Vatican: Feminism's Secular Project. In: ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (Eds.). *Cultures of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movement*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- FRASER, Nancy. 1989. What's Critical about Critical Theory? The Case of Habermas and Gender. In: FRASER, N. (Ed.). *Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- \_\_\_\_\_. 1993. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: ROBBINS, B. (Ed.). *The Phantom Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- FRIEDMAN, Debra, McADAM, Doug. 1992. Collective Identity and Activism: Networks, Choices, and the Life of a Social Movement. In: MORRIS, A., MUELLER, C. (Eds.). *Frontiers of Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. 1988. Culture and Power: The State of Research. *Media, Culture and Society* 10: 467-497.
- GHILIS, Paul. 1992. International Civil Society: International Non-Governmental Organizations in the International System. *International Social Science Journal* 133: 417-429.
- GRAHAM, Carol. 1984. Mexico's Solidarity Program in Comparative Context: Demand-Based Poverty Alleviation Programs in Latin America, Africa, and Eastern Europe. In: CORNEILUS, W., CRAIG, A., FOX, J. (Eds.). *Transforming State-Society Relations in Mexico: The National Solidarity Strategy*. San Diego: Center for U.S.-Mexican Studies, University of California at San Diego.
- GUHA, Ranajit. 1988. The Prose of Counterinsurgency. In: GUHA, R., SPIVAK, G. (Eds.). *Selected Subaltern Studies*. Delhi: Oxford University Press.
- GUPTA, Akhil, FERGUSON, James. 1992. Beyond Culture: Space, Identity, and the Politics of Difference. *Cultural Anthropology* 7 (1): 6-23.
- HABERMAS, Jürgen. 1987. *The Theory of Communicative Action, Vol. 2. Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason*. Trad. T. McCarthy. Boston: Beacon Press.
- \_\_\_\_\_. 1989. *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into the Category of Bourgeois Society*. Trad. T. Burger e F. Lawrence. Cambridge: MIT Press.
- HALL, Stuart. 1992. Cultural Studies and Its Theoretical Legacies. In: GROSSBERG, L., NELSON, C., TREICHLER, P. (Eds.). *Cultural Studies*. Londres: Routledge.
- HANCHARD, Michael George. 1994. *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*. Princeton: Princeton University Press.
- HELLMAN, Judith Alder. 1994. Mexican Popular Movements, Clientelism, and the Process of Democratization. *Latin American Perspectives* 21 (2): 124-142.
- HOLSTON, James, CALDEIRA, Teresa. 1999. Democracy, Law, and Violence: Disjunctions in Brazilian Citizenship. In: AGUIERO, F., STARK, J. (Eds.). *Fault Lines of Democratic Governance in the Americas*. Miami e Boulder: North-South Center e Lynne Rienner.
- HUNTINGTON, Samuel P. 1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.

- INGLEHART, Ronald. 1988. The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review* 82: 1203-1230.
- JELIN, Elizabeth, HERSHBERG, Eric (Ed.). 1996. *Constructing Democracy: Human Rights, Citizenship, and Society in Latin America*. Boulder: Westview Press.
- JOHNSTON, Hank, KLANDERMANS, Bert (Ed.). 1995. *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- JORDAN, Glenn, WEEDON, Chris. 1995. *Cultural Politics: Class, Gender, Race and the Postmodern World*. Oxford: Blackwell.
- KEANE, John. 1988. *Democracy and Civil Society: On the Predicaments of European Socialism, the Prospects for Democracy, and the Problem of Controlling Social and Political Power*. Londres: Verso.
- KECK, Margaret, SIKKINK, Kathryn. 1992. International Issue Networks in the Environment and Human Rights. Trabalho apresentado no 17º Congresso Internacional da Latin American Studies Association, setembro, Los Angeles.
- LACLAU, Ernesto, MOUFFE, Chantal. 1985. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso.
- LANDIM, Leilah. 1993a. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. (Tese, doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social).
- . 1993b. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER-Textos de Pesquisa.
- LEBON, Nathalie. 1993. The Brazilian Feminist Movement in the Post-Constitutional Era: Assessing the Impact of the Rise of Feminist Non-Governmental Organizations. *Florida Journal of Anthropology* 18: 17-26.
- LECHNER, Norbert. 1987a. Apresentação. In: LECHNER, N. (Ed.). *Cultura política y democratización*. Santiago: CLACSO, FLACSO, ICI.
- . 1987b. La democratización en el contexto de una cultura posmoderna. In: LECHNER, N. (Ed.). *Cultura política y democratización*. Santiago: CLACSO, FLACSO, ICI.
- LECHNER, Norbert (Ed.). 1987. *Cultura política y democratización*. Santiago: CLACSO, FLACSO, ICI.
- LEIS, Hector Ricardo. 1995. Globalização e democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 10 (28): 55-70.
- LINZ, Juan. 1990. The Perils of Presidentialism. *Journal of Democracy* 1 (1): 51-70.
- LINZ, Juan, VALENZUELA, Arturo (Ed.). 1994. *The Failure of Presidential Democracy: The Case of Latin America*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- LIPSCHUTZ, Ronnie D. 1992. Reconstructing World Politics: The Emergence of Global Civil Society. *Millennium: Journal of International Studies* 21 (3): 389-420.
- MACDONALD, Laura. 1992. Turning to the NGOs: Competing Conceptions of Civil Society in Latin America. Trabalho apresentado no 17º Congresso Internacional da Latin American Studies Association, setembro, Los Angeles.
- MAINWARING, Scott. 1992. Transitions to Democracy and Democratic Consolidation: Theoretical and Comparative Issues. In: MAINWARING, Scott, O'DONNELL, G., VALENZUELA, J. (Ed.). *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective*. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press.
- MAINWARING, Scott, O'DONNELL, Guillermo, VALENZUELA, J. Samuel (Ed.). 1992. *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective*. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press.
- MAINWARING, Scott, SCULLY, Timothy (Ed.). 1995. *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.
- MARTINS, Luciano. 1989. Ação política e governabilidade na transição brasileira. In: MOISÉS, L. Álvaro, ALBUQUERQUE, J. Guillon (Ed.). *Dilemas da consolidação democrática*. São Paulo: Paz e Terra.
- MCADAM, Doug, MCCARTHY, John D., ZALD, Mayer M. (Ed.). 1996. *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MELUCCI, Alberto. 1988. Social Movements and the Democratization of Everyday Life. In: KEANE, J. (Ed.). *Civil Society and the State: New European Perspectives*. Londres: Verso.

- MOUFFE, Chantal. 1993. *The Return of the Political*. Londres: Verso.
- MUÇOUCAH, Paulo Sérgio. 1995. As ONGs: dos bastidores ao centro do palco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 10 (28): 35-37.
- MUELLER, Carol McClurg. 1992. Building Social Movement Theory. In: MORRIS, A., MUELLER, C. (Ed.). *Frontiers of Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press.
- NEILSON, Cary, TREICHLER, Paulo A., GROSSBERG, Lawrence. 1992. Cultural Studies: An Introduction. In: GROSSBERG, L., NEILSON, C., TREICHLER, P. (Ed.). *Cultural Studies*. Londres: Routledge.
- ODONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe C. 1986. *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- OLIVEIRA, Francisco de. 1994. Da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 9 (25): 42-44.
- PUTNAM, Robert D. 1993. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- RAMOS, Alcida Rita. 1995. O índio hiper-real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 10 (28): 5-14.
- RUELLY, Charles (Ed.). 1994. *Nuevas políticas urbanas, las ONGs y los gobiernos municipales en la democratización latinoamericana*. Arlington, Va.: Inter-American Foundation.
- ROBBINS, Bruce. 1993. Introduction: The Public as Phantom. In: ROBBINS, B. (Ed.). *The Phantom Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- SALES, Teresa. 1994. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 9 (25): 26-37.
- SCHERER-WARREN, Ilse. 1993. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- SCHUMAHER, Maria Aparecida, VARGAS, Elisabeth. 1993. Lugar no governo: álbi ou conquista? *Revista Estudos Feministas* 1 (2): 348-365.
- SCHWARZ, Roberto. 1988. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades.
- SILVA, Cátia Aida Pereira da. 1994. *Os conselhos tutelares da criança e o adolescente de São Paulo e os segmentos pró-cidadania: conflitos, negociações e impasses na construção de espaços públicos*. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Tese, mestrado).
- SLATER, David. 1994a. Exploring Other Zones of the Postmodern: Problems of Ethnocentrism and Difference Across the North-South Divide. In: RATTANSI, A., WESTWOOD, S. (Ed.). *Racism, Modernity, and Identity*. Cambridge: Inglaterra, Polity Press.
- . 1994b. Power and Social Movements in the Other Occident: Latin America in an International Context. *Latin American Perspectives* 21 (2): 11-37.
- STEPAN, Alfred. 1988. *Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone*. Princeton: Princeton University Press.
- TARROW, Sidney. 1992. Mentalities, Political Cultures, and Collective Action Frames. In: MORRIS, A., MUELLER, C. (Ed.). *Frontiers of Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press.
- TAYLOR, Vera, WHITTIER, Nancy E. 1992. Collective Identity in Social Movement Communities: Lesbian Feminist Mobilization. In: MORRIS, A., MUELLER, C. (Ed.). *Frontiers of Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press.
- TELLES, Vera da Silva. 1994. Cultura da dádiva, avesso da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 9 (25): 48-51.
- WALZER, Michael. 1992. The Civil Society Argument. In: MOUFFE, C. (Ed.). *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*. Londres: Verso.
- WEFFORT, Francisco. 1984. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense.
- WHITEHEAD, Lawrence. 1993. The Alternatives to "Liberal Democracy": A Latin American Perspective. In: HEID, D. (Ed.). *Prospects for Democracy*. Cambridge, Inglaterra: Polity Press.
- WILLIAMS, Raymond. 1981. *Culture*. Glasgow: Fontana.
- WILLIS, Paul. 1990. *Common Culture*. Londres: Verso.
- YÚDICE, George. 1994. Cultural Studies and Civil Society: Trabalho apresentado no 18º Congresso Internacional da Latin American Studies Association, março, Atlanta.